

**AO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR, DEPUTADO FÁBIO SCHIOCHET**

REPRESENTAÇÃO N. 24/2025

MARCOS SBOROWSKI POLLON (“REQUERIDO”), inscrito no CPF sob o n.º710.360.911-04, brasileiro, Deputado Federal, residente e domiciliado na [REDACTED], em atenção à Notificação expedida em 05/11/2025, vem, respeitosamente, apresentar sua

DEFESA ESCRITA

bem como indicar provas, arrolar testemunhas e apresentar documentos, conforme determinado na referida notificação.

Primeiramente, cumpre ressaltar a tempestividade da presente manifestação. A notificação foi publicada no Diário da Câmara dos Deputados, em 5/11/2025 e, considerando o prazo de 10 (dez) dias úteis previstos no art. 14, § 4º, inciso II, do Código de Ética e Decoro Parlamentar, o termo final para o protocolo encerra-se no dia 19/11/2025.

DA REPRESENTAÇÃO

A parte autora sustenta que um grupo de onze parlamentares, dentre eles o Deputado Marcos Pollon, teria praticado conduta incompatível com o mandato ao posicionar-se sobre a Mesa Diretora do Plenário da Câmara dos Deputados, alegadamente criando obstáculo momentâneo ao curso normal da sessão legislativa. Afirma que tal ato teria sido articulado com o propósito de pressionar a Presidência da Casa a pautar determinadas matérias, nuances essas que, segundo a narrativa inicial, evidenciariam desrespeito às normas éticas e ao funcionamento das instituições democráticas.

Argumenta ainda que haveria indícios de prévia organização e ampla difusão midiática das manifestações. Por esse motivo, pleiteia-se o encaminhamento integral da representação ao Conselho de Ética, a notificação dos parlamentares envolvidos, a coleta de provas e, ao final, a decretação da perda de mandato. Formula, inclusive, pedido de natureza cautelar para afastamento imediato dos representados, com alternativas de suspensão temporária ou censura, caso não acolhida a pretensão máxima.

É com base nessa moldura acusatória — permeada por ilações e interpretações subjetivas — que se apresenta a defesa a seguir.

DA EXPOSIÇÃO DOS FATOS SOB A ÓTICA DO REPRESENTADO

Para que a controvérsia seja analisada com rigor técnico, é imprescindível que a realidade vivida seja restabelecida sem distorções. A descrição dos acontecimentos feita pelo representante omite elementos relevantes e atribui sentidos que não se sustentam, razão pela qual o representado expõe sua versão de forma clara e objetiva.

No retorno das atividades legislativas, após o recesso, diversos parlamentares — entre eles o Deputado Federal Marcos Pollon — manifestaram-se no Plenário Ulysses Guimarães de maneira ordeira e motivada por pautas de grande repercussão social. O gesto de subir à Mesa Diretora teve caráter simbólico e político, prática historicamente conhecida e não incomum na dinâmica parlamentar, especialmente em momentos de forte polarização.

As reivindicações levantadas pelos deputados diziam respeito a temas que, concorde-se ou não com eles, integram o espectro constitucional do debate político: a discussão sobre anistia para os eventos de 8 de janeiro, o exame de pedido de impeachment de ministro do Supremo Tribunal Federal e a revisão do foro por prerrogativa de função. Nenhuma dessas matérias é proibida, antidemocrática ou alheia à arena legislativa — pelo contrário, seu enfrentamento é próprio do Parlamento.

A alegação de que a manifestação teria inviabilizado o funcionamento da Câmara é exagerada e não condiz com o que ocorreu. Houve atraso pontual, seguido de retomada

das atividades normais, a partir do diálogo conduzido pela própria Presidência. Tampouco há qualquer prova de que o representado tenha buscado impor coação a outros parlamentares ou à Mesa Diretora.

O que se observa é que o representante tenta transformar um ato político típico em fato disciplinar, ignorando que a atividade parlamentar comporta gestos simbólicos, protestos e formas de atuação que não podem ser interpretadas como infração ética.

DAS PRELIMINARES

1. Da Deficiência da Acusação

A peça acusatória deixa de individualizar a conduta atribuída ao Deputado Federal Marcos Pollon, limitando-se a lançar imputações genéricas ao grupo de parlamentares. A ausência de descrição específica impossibilita compreender qual ato singular do representado configuraria, no entender da acusação, um atentado ao decoro.

O dever de individualização decorre não apenas de princípios gerais do direito sancionador, mas também da própria lógica do processo ético-disciplinar: não é possível punir parlamentares de forma coletiva quando não há demonstração concreta de sua participação pessoal em eventual irregularidade.

A representação é, portanto, inepta, devendo ser rejeitada desde logo.

2. Ausência de Justa Causa

Ainda que superado o vício anterior, nota-se que o conteúdo da acusação não é capaz de sustentar a abertura de processo disciplinar. A manifestação política realizada pelo representado insere-se no campo da imunidade material prevista no art. 53 da Constituição Federal. Trata-se de expressão política típica da atividade parlamentar.

Não há indicativo de abuso ou desvio funcional, tampouco atitude que, de forma objetiva, pudesse ofender o decoro da Câmara dos Deputados. Ausente justa causa, o processo disciplinar não pode ter prosseguimento.

DO MÉRITO

1. A conduta se enquadra na proteção constitucional à atividade parlamentar

O gesto político dos deputados encontra amparo direto na imunidade material, que protege opiniões, palavras e votos emitidos no exercício do mandato. A crítica, a defesa de pautas e até mesmo a adoção de formas simbólicas de protesto fazem parte da pluralidade democrática que deve pautar o Parlamento.

Nada do que foi realizado extrapolou esse limite.

2. A manifestação não configura quebra de decoro.

Para haver quebra de decoro, exige-se comportamento que atente contra a dignidade da Casa ou que demonstre desonestidade, abuso de poder ou desrespeito grave às instituições. Nada disso ocorreu. A atuação do representado foi pacífica, sem violência, sem ataque pessoal e sem qualquer conduta que se aproxime do padrão de gravidade típico das condenações por decoro.

3. Obstrução parlamentar é instrumento legítimo e historicamente aceito.

A obstrução, inclusive por meios simbólicos, é mecanismo reconhecido no processo legislativo e jamais foi tratada como infração disciplinar por si só. Ao longo da história do Parlamento brasileiro, inúmeras manifestações semelhantes ocorreram sem que delas se extraísse consequência disciplinar.

4. Inexistência de intenção de coagir ou de impedir funcionamento da Casa Legislativa.

A acusação fala em coação, mas não aponta um único ato concreto que demonstre esse intuito. Não houve ameaça, intimidação ou imposição. Houve, simplesmente, posicionamento político forte — o que é próprio da atividade legislativa.

5. Tipicidade inexistente à época dos fatos

À época dos acontecimentos, não havia norma disciplinar que previsse infração relacionada à ocupação simbólica da Mesa. A posterior apresentação do Projeto de Resolução nº 63/2025 revela justamente que a Casa considerou necessária nova regulamentação, o que reforça a atipicidade da conduta.

6. Agravantes inexistentes

A acusação tenta transformar circunstâncias ordinárias — número de participantes, divulgação pública e relevância das pautas — em supostos agravantes. Nada disso se sustenta. São elementos naturais do exercício político.

7. Impropriedade da suspensão cautelar

A medida cautelar pretendida carece completamente de fundamento. Não há risco de reiteração, de obstrução institucional nem de qualquer abalo ao funcionamento da Casa. Ademais, o prazo previsto no Ato da Mesa nº 180/2025 já transcorreu, inviabilizando o próprio processamento do pedido.

8. Eventual sanção deve ser proporcional (subsidiário)

Apenas por cautela, caso — contra todas as evidências — se entenda pela existência de infração, a única sanção proporcional seria a censura, jamais suspensão ou cassação.

9. A Câmara dos Deputados não sofreu bloqueio

A interrupção dos trabalhos foi momentânea e resolvida de imediato mediante diálogo. Não houve paralisação institucional.

10. A imunidade parlamentar resguarda o ato político praticado

A manifestação tem natureza essencialmente política e, como tal, está resguardada pelo núcleo duro da imunidade parlamentar, que impede a responsabilização disciplinar por atos praticados no âmbito do debate legislativo.

11. Precedentes invocados são absolutamente distintos

Os casos citados na representação tratam de agressões, ofensas pessoais graves ou condutas criminosas — situações totalmente diversas desta, que envolve manifestação pacífica e simbólica. A analogia, portanto, é inviável.

12. Respeito ao devido processo legal como condição de validade

Todo processo disciplinar exige rigor procedimental. Provas unilaterais, interpretações extensivas e acusações genéricas violam o devido processo legal, tornando inválido qualquer desfecho condenatório.

13. Da Produção de Provas

No que tange à produção de provas, requer-se a oitiva das referidas testemunhas em audiência designada por este Conselho.

i. Cláudio Luís Caivano, OAB/SP 336.722; [REDACTED],

ii. Ana Caroline Sibut Stern, OAB/PR 108.592 e OAB/SC [REDACTED];

iii. Marta Elaine César Padovani, OAB/PR 62.631; [REDACTED],

iv. Hélio Garcia Ortiz Júnior, OAB/DF 53.517, CPF 012.357.261-42;

v. Eduardo Nantes Bolsonaro, e-mail: dep.eduardobolsonaro@camara.leg.br, telefone: (61) 3215-5785, endereço: Gabinete 785 – Anexo III – Câmara dos Deputados;

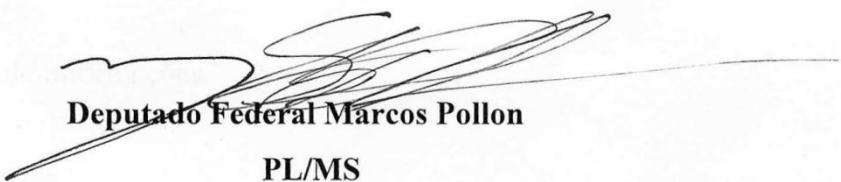
vi. Tanieli Telles de Camargo Padoan, OAB/SC 57328, [REDACTED], e [REDACTED]

vii. Luiz De França e Silva Meira, brasileiro, casado, Deputado Federal eleito, RG nº 20765 PM/PE, inscrito no CPF sob o nº 569.175.897-72, endereço eletrônico: dep.coronelmeira@camara.leg.br, com endereço funcional no Palácio do Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes, anexo III, gabinete nº 474, Brasília – DF, CEP: 70160-900.

DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer-se:

1. **acolhimento das preliminares**, com o imediato arquivamento da representação;
2. **improcedência total**, caso superada a preliminar, reconhecendo-se a inexistência de quebra de decoro;
3. **indeferimento das medidas cautelares**, inclusive por perda do prazo previsto no Ato da Mesa nº 180/2025;
4. **subsidiariamente**, se aplicada alguma penalidade, que seja limitada à censura;
5. **produção de todas as provas admissíveis**, especialmente documental e testemunhal.



Deputado Federal Marcos Pollon

PL/MS